

Perfil das decisões do tribunal de justiça do paraná sobre o corte etário para ingresso no ensino fundamental

Resumo

Com a promulga o das leis 11.114/05 e 11.274/06 o ensino fundamental (EF) passou a ser obrigatório para as crianças com 6 anos, aumentando um ano nesta etapa do ensino obrigatório e, portanto, totalizando 9 anos de dura o. Segundo o Ministério de Educa o, essa mudança tinha como intuito a amplia o do direito   educa o, especialmente para crianças excluídas da escola pela não obrigatoriedade ou pela não existência de vagas suficientes na pré-escola. Com esta mudança, foi delegada aos sistemas de ensino autonomia para definir uma data de corte etário para o ingresso no EF. No Paraná, o educando deveria completar 6 anos até 1  de março, fato este que ocasionou descontentamento por parte dos familiares, institui es privadas e Ministério Público, que ingressaram com a es judiciais. Sendo assim, o objetivo deste artigo   compreender o perfil dessas a es, por meio de análise dos julgados do Tribunal de Justiça do Paraná. Partindo disso, verificou-se que 73% de sua demanda eram de crianças que estudavam na rede privada. Dessa forma, pode-se inferir que a judicializa o da educa o nesse caso adveio de um sujeito o qual o legislador não previu como destinatário principal, o que pode descaracterizar o objetivo proposto para as referidas leis.

Palavras-chave: Direito   educa o; Tribunal de Justiça; Corte Etário; Judicializa o da Educa o.

Katherine Finn Zander
Universidade Federal do Paraná
kat.finn.zander@gmail.com

Katherine Finn Zander
Universidade Federal do Paraná
adrianadragone@yahoo.com.br

Introdu o

A partir da promulga o das leis ordinárias 11.114/05 e 11.274/06 o ensino fundamental (EF) passou a ser obrigatório para todas as crianças com 6 anos, aumentando um ano nesta etapa do ensino obrigatório e, portanto, totalizando 9 anos de dura o.

As leis ordinárias possuem natureza jurídica de abstra o e generalidade, sendo assim, requerem regulamenta o posterior para propiciar operacionaliza o. Levando em considera o que essas leis alteraram o conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional (LDB), caberia ao Conselho Nacional de Educa o (CNE) essa fun o. Muito embora a lei de 2005 não tenha sido exatamente omissa sobre a data de ingresso, citando “a partir dos 6 anos”, ela não forneceu maiores detalhes, provocando diversas consultas dos Conselhos Estaduais e Municipais ao CNE, que por sua vez, editou o Parecer não 06/05, que delegou aos sistemas de ensino autonomia para estipular uma data de corte etário, sendo esta 6 anos completos ou que venham a completar no início do ano letivo.

A priori, deixar sob o encargo dos sistemas já parece algo que possibilita conflito, pois, assim haveria tantas datas para o corte etário quantos sistemas de ensino no Brasil. Esse fato pode enfraquecer princípios democráticos e federativos em nome do fortalecimento de uma autonomia pouco proveitosa aos entes.

Ainda, há que se destacar o fato de que o Plano Nacional de Educa o (PNE) de 2001 já previa a tendência de ambas as leis. Sem contar que mesmo a LDB, sugeria a matricula facoltativa a partir dos 6 anos, no EF. Seguindo esse raciocínio, o MEC fundamenta que essa medida garante a amplia o do acesso para as crianças que estavam fora da escola, principalmente as “pobres e excluídas”:

A considera o de que as crianças de 6 anos ainda estavam fora da escola, seja pela não obrigatoriedade ou por não existir oferta de vagas suficientes na educa o infantil pública, gerou um aparente consenso de que o ensino fundamental de nove anos garantiria um maior número de alunos matriculados nas escolas brasileiras e, portanto, asseguraria a essas crianças a efetiva o do seu direito   educa o (ARELARO; JACOMINI; KLEIN, 2011, p. 38).

No Paraná, o Conselho Estadual de Educao (CEE-PR), por meio da Deliberao n 03/06, definiu normas para a implantao do EF de 9 anos no seu sistema de ensino estabelecendo a data de 1 de março como limite para que a criança completasse 6 anos.

Já no mesmo ano, ocorreram muitas aoes no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), sendo ingressadas por famílias e instituioes privadas requerendo o direito  matrula no EF para os que iriam completar 6 anos após o início do ano letivo. E por aoo civil pública, o Ministério Público (MP) requereu a matrula dos educandos que completassem 6 anos até 31 de dezembro. A justiça paranaense declarou-se favorável ao pedido em liminar, determinando a inclusão na 1 série do EF de 9 anos de todas as crianças com 6 anos completos ou a completar no decorrer do ano letivo (FLACH, 2012).

Em desacordo com isso, o CEE-PR, através da Deliberao n 02/08, estabeleceu que a matrula de crianças no 1 ano deveria ser feita aos 6 anos de idade completos no início do ano letivo. Sendo assim, o MP emitiu a nota técnica 01/08 em repúdio  deliberao. E ainda, em 2009 a Assembleia Legislativa do Paraná editou a Lei n 16.049/09 provendo o direito  matrula no 1 ano a criança que completassem 6 anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso.

Foi apenas com a Resoluo n 01/10 que o CNE definiu diretrizes operacionais para a implantao do EF de 9 anos, definindo dia 31 de março como data de corte para o ingresso. E também abriu exceoo para as crianças de 5 anos, que independente do mês de aniversário, se estiveram matriculadas por mais de 2 anos na pré-escola, poderiam, apenas no ano de 2010, prosseguir seu percurso para o EF. Porém, tal Resoluo também gerou aoes judiciais com a concessão de liminares suspendendo seus efeitos com validade para Pernambuco, Ceará, alguns municípios da Bahia e Minas Gerais. Em 2012 o CEE/PR, no Parecer n 03/2012, facultou a matrula de crianças com menos de 6 anos no 1 ano do EF, desde que completassem esta idade até a data de 31 de dezembro do ano em curso.

Em fevereiro de 2014 aoo civil pública interposta pelo MP Federal  concedida com antecipao dos efeitos da tutela pelo Tribunal Regional Federal da 4 Região, com validade para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, determinando

que a partir do ano letivo de 2015 o ingresso de crianças com 6 anos incompletos no EF ocorrerá independentemente de data de corte.

Porém, a LDB dispõe como finalidade para a educa o infantil (EI), a primeira etapa da educa o básica, “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a a o da família e da comunidade” (art. 29). E de outra forma, estabelece objetivos diversos para o EF:

[...] a forma o básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisi o de conhecimentos e habilidades e a forma o de atitudes e valores [...] (BRASIL, 1996, art. 32).

Desta forma, o ingresso antecipado da criança no EF pode comprometer seu desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, como se encontra no art. 29 da LDB. Sendo que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da EI devem ter como eixos norteadores as intera o es e a brincadeira, segundo as Diretrizes Curriculares para a EI (2009), por meio de experiências que respeitem a especificidade do trabalho nesta etapa educacional, sem procedimentos de sele o, promo o ou classifica o, comumente usados no EF.

Em vista disso, a defini o de corte etário para o ingresso no EF, garante o direito das crianças menores de 6 anos na educa o, protegendo a infância, permitindo seu planejamento, metodologias e espaços específicos aos infantes. Logo,   possível verificar que os magistrados não levaram esses argumentos em considera o, pois como será visto adiante, deram provimento as a o es de todas as crianças que entraram com pedido de ingresso antecipado, com exce o das que tinham menos de 5 anos.

Judicializa o da educa o

O relato descrito acima pode ser compreendido como um fen meno de judicializa o da política – no caso em questão da política educacional – em que segundo Barroso (2009, p. 6), ocorre quando questões políticas ou sociais, nesse caso educacionais, que geralmente são trabalhadas em instâncias representativas do poder executivo ou legislativo são transferidas para órgãos do Poder Judiciário, o que ocasiona altera es na linguagem, na argumenta o e no modo de participa o da sociedade sobre essas demandas. Para compreender melhor,   possível observar esse fen meno através de duas perspectivas: a procedimentalista e a substancialista (GOTTLIEB, 2011).

Na primeira, observa-se que a judicializa o teria o efeito de desestimular a face libertária e reivindicatória da cidadania social. Sendo assim, se a efetividade dos direitos sociais for subsumida ao campo do direito, conduzir  a uma cidadania passiva de clientes do Estado. Ou seja, seria uma forma de despolitizar o processo político, já que ao invés dos métodos políticos tradicionais, seriam adotados métodos jurídicos, substituindo-se julgamentos de representantes eleitos, os quais possuem incentivo direto para considerar as aspira es dos eleitores por aqueles que não têm esse estímulo, agentes do judiciário não eleitos. Assim, perde-se a capacidade de puni o dos eleitores daqueles que desrespeitam as expectativas dos cidadãos, provocando o esvaziamento da democracia, estatiza o dos movimentos sociais e a erosão da lei como expressão da soberania popular. Nesse contexto encontram-se duas consequências, sendo a primeira que o cidadão torna-se sua versão judicial, qual seja a de sujeito de direitos, passivo perante as atua es do Estado. E a segunda,   que corre-se o risco de que a cria o de leis passe a ser elaborada não mais em sua origem - soberania popular - para as mãos de um grupo específico: os juízes.

Por outro lado, a perspectiva substancialista compreende o fen meno da judicializa o como uma amplia o dos instrumentos judiciais, ou seja, uma arena pública capaz de propiciar a forma o da opinião e o acesso do cidadão às institui es políticas. Dessa forma poderia haver um aumento na incorpora o de grupos excluídos no sistema, dando oportunidade para vocaliza o de suas demandas o que por consequência traria às jurisprudências uma agenda mais igualitária.

Ressalta-se que nos últimos anos o Judiciário brasileiro tem sido utilizado com frequência no questionamento de questões educacionais, seja para discutir a constitucionalidade de políticas, como a validade da Lei do Piso Salarial Profissional para o magistério e das cotas no ensino superior, como também para a garantia de direitos constitucionais, na requisi o de vagas em institui es de EI. A es essas que demandam aos integrantes do Judiciário uma atua o política (CURY, FERREIRA, 2010; SILVEIRA, 2011; 2012).

Metodologia de coleta e análise de dados

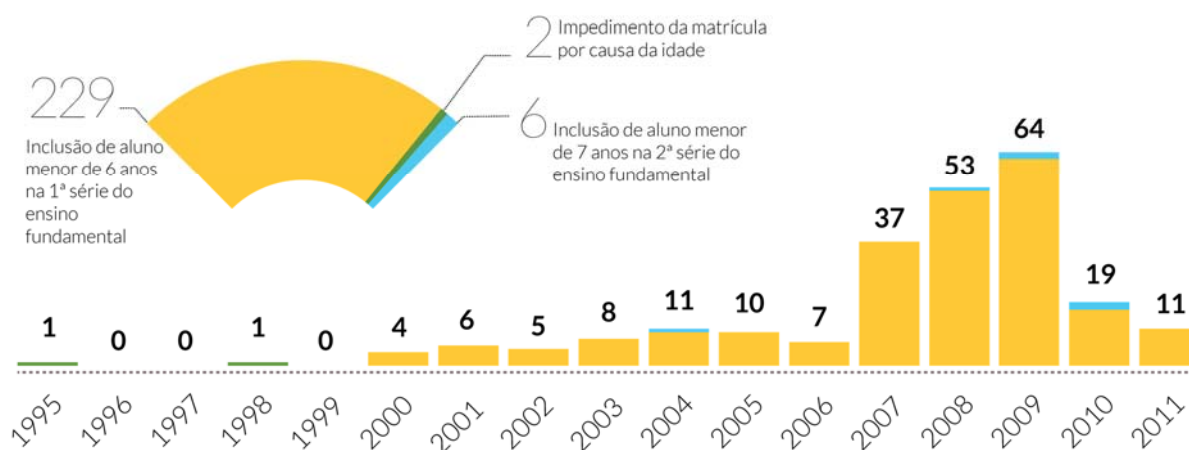
A presente pesquisa foi realizada com base em acórdãos proferidos pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Esses documentos foram coletados no portal eletr nico do TJ-PR, com a inser o da modalidade da educa o que se pretendia encontrar nos acórdãos e ementas no campo “pesquisa detalhada”, para que, com isso, fosse possível observar as decisões que abordavam temas relacionados ao direito   educa o. Todavia, para este trabalho foram filtradas somente as decisões relativas ao corte etário no EF.



Infográfico 1 - Total de a es sobre corte etário

Do material levantado sobre decisões envolvendo educa o julgadas pelo TJ-PR, foram lidas 178 decisões do total de 237, pois os demais documentos não estavam disponíveis para consulta no portal do TJ-PR. Sendo assim, o total de decisões sobre o tema equivale a 75% dos casos levantados sobre o assunto.

Após a análise desses documentos, foi elaborada uma tabela detalhando cada decisão sobre o tema em parâmetros como: ano de julgamento, assunto, se a a o foi individual ou coletiva, partes presentes, parte ingressante em primeira instância, os argumentos utilizados na inicial, argumentos da contesta o, argumentos da coisa julgada e por fim o seu relator. Posteriormente, foram criados gráficos sobre cada um desses parâmetros. E em alguns casos, cruzando informa es contidas neles.



Infográfico 2 - Ano de julgamento e Assuntos

A consulta foi realizada no segundo semestre de 2012, portanto as decisões são referentes ao período de 1995 a 2011. Nos anos de 1995 e 1998 houve duas ocorrências sobre o tema, todavia não foi possível localizar os respectivos arquivos, desta forma não se sabe para quantos anos pretendiam a antecipa o da matric la, tampouco para qual série do EF.



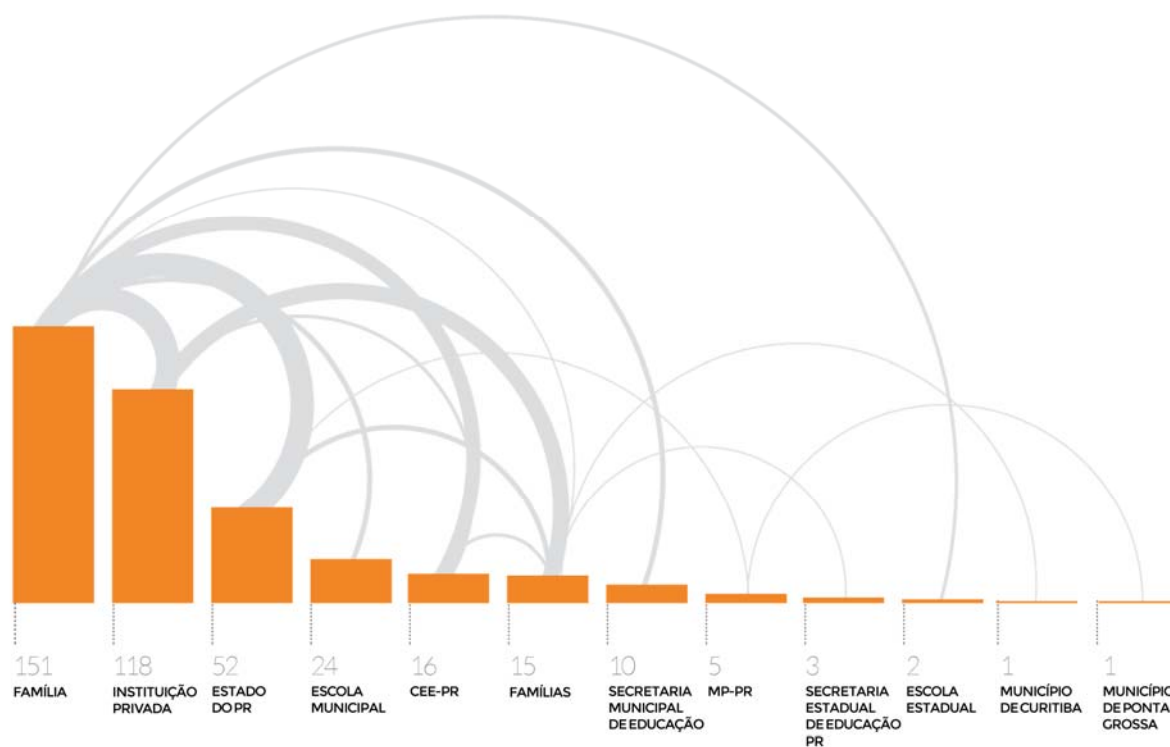
Infográfico 3 - Origem das a es

Foram consideradas a es individuais todas aquelas em que os ingressantes foram a família agindo em nome da criança. Da mesma forma, as a es coletivas consistem naquelas em que os ingressantes são várias famílias juntas contra a mesma escola, o MP agindo em nome de todas as crianças afetadas, ou por fim, escolas privadas agindo em interesse de vários de seus alunos contra o Estado do Paraná.

No gráfico ao lado, a totalidade de 178 a es compõe uma amostra de 89% porque nas demais 19 decisões não foi possível saber se a demanda era impetrada por aluno de escola pública ou privada, pois ambas as redes não figuravam no polo ativo nem no polo passivo da lide.

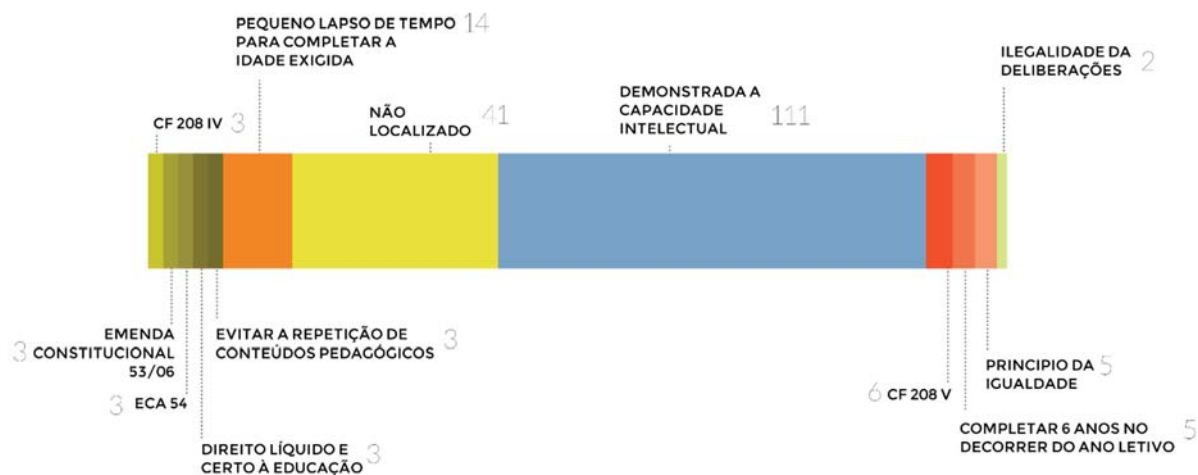
Também, há que se ressaltar que o atendimento na EI   pouco universalizado e que aproximadamente 30% de sua cobertura   feita pela rede particular. Sendo que no EF a universaliza o chega a quase 100% e   feita massivamente por escolas da rede pública (INEP, 2013). Desta forma, seguindo a lógica, o maior número de a es deveria ser de crianças de escola pública, todavia, 74% da demanda   de crianças provenientes da rede privada. Dessa forma,   possível afirmar que a judicializa o da educa o no que se refere ao corte etário no EF, de 9 anos de dura o no Paraná,   um fen meno provocado, majoritariamente, pelas classes mais favorecidas economicamente do estado. Fato este contraditório com a realidade da cria o da antecipa o da idade de ingresso, que como

já destacado acima, foi uma política direcionada as faixas mais carentes da popula o, visando atender os que estavam excluídos.



Infográfico 4 - Partes envolvidas

Nesse gráfico   possível visualizar a quantidade que cada ente foi parte no polo ativo de uma a o juntamente com a parte que figurava seu polo passivo. Levando isso em considera o, verifica-se que o maior número de a es se dá entre a f m lia contra a institui o privada. Como também, a f m lia contra o Estado do Paraná e suas institui es.



Infográfico 5 - Argumentos da inicial

O argumento mais utilizado pelas partes ingressantes   o da capacidade da criança. Isso significa dizer que a parte apresentou documento atestando que o aluno poderia seguir para o primeiro ano do EF sem prej zo pedagógico. Todavia, nesse sentido Silveira e Coutinho (2013, p.5) comentam:

Não se trata de questionar se as crianças estão aptas ou não a ser incluídas no ensino fundamental com 6 anos a completar até o final do ano letivo em curso (cinco anos de idade), como muitos laudos psicopedagógicos têm feito, pois de fato se considerarmos as competências sociais das crianças na contemporaneidade possivelmente grande parte delas será tida como capaz de acompanhar a rotina de um primeiro ano do ensino fundamental, mas trata-se de assegurar que essas competências sociais sejam potencializadas em atividades próprias desse momento da vida e do seu desenvolvimento.

Em consonância com esses argumentos Silva (2013, p. 19) acrescenta:

No discurso da meritocracia infantil estão embutidos, evidentemente, valores de disputa, competi o e exclusão. Contraria o artigo 2  da LDB fomentar na educa o infantil e no início da educa o básica a concorrência, o enxergar o outro como adversário na corrida pela conclusão célere da educa o formal, quando, em verdade e por força de lei, os ideais que devem nortear a educa o são aqueles de solidariedade

humana e apreço  tolerância (artigo 3, IV, da LDB). [...] Se hoje discutimos a legalidade de um critério objetivo, o que se dirá caso se permita a regra de ingresso prematuro no ensino fundamental por força de análises subjetivas? Quais serão os testes preditivos utilizados? Quais métodos serão empregados? Quais serão os profissionais habilitados? Os pais aceitarão os atestados de falta de competência de seus filhos de cinco, ou, por que não, quatro anos de idade?

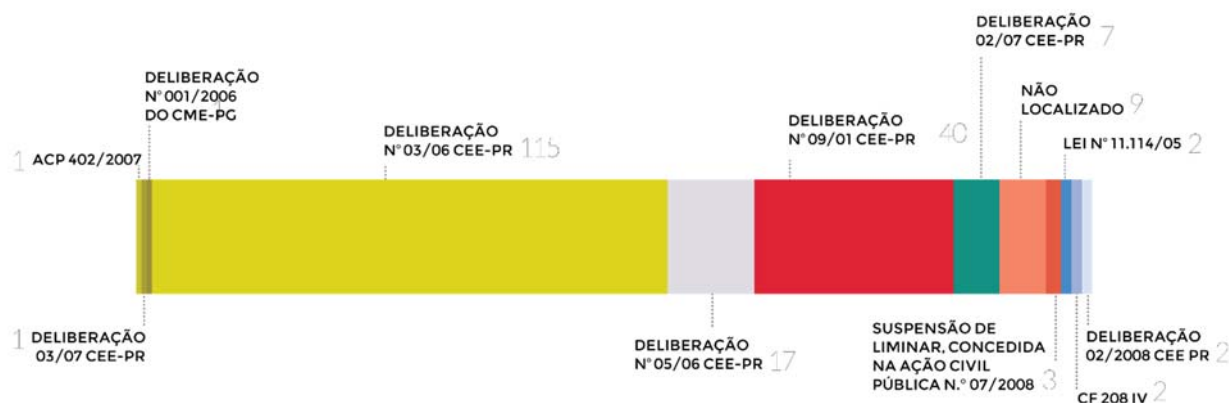
Nas ações, as partes ingressantes alegaram a ilegalidade da Deliberação n. 03/06 CEE-PR, pois acreditam que não exista justificativa técnica para que o corte etário fosse em 01 de março. Ou então que completariam a idade exigida pouco tempo depois do prazo e que este fato não geraria incapacidade psicopedagógica. Entretanto, como será esclarecido adiante, a fixação de 6 anos completos não fere normatização federal tampouco a Constituição. O corte etário se vincula ao processo de maturidade da criança, sendo assim, sempre tero aqueles que se situam além ou aquém por causa de poucos dias ou até mesmo horas, independentemente de qual seja o limite.

Ainda, algumas partes argumentaram que a antecipação deveria se dar no intuito de evitar a repetição de conteúdos pedagógicos, pois a carga pedagógica daltima etapa da EI  a mesma do 1. ano do EF de 9 anos, havendo apenas diferença de cunho terminológico. Contudo, não parece certo que o legislador, ao antecipar a entrada das crianças no EF, tenha pretendido que a metodologia pedagógica do nível III da Pré-Escola fosse idêntica ao do primeiro ano do EF porque, desse modo, não haveria vantagem educacional na antecipação de ingresso. Aliás, tal antecipação deve ter como pressuposto que já no primeiro ano do sistema de nove anos o educando seja submetido a projeto pedagógico diferenciado da EI.

Outros impetrantes, através do art. constitucional 208 IV, alegaram que a EI iria até o 5 anos e que portanto a Constituição Federal (CF) não estaria vedando que crianças de idade inferior a 6 anos ingressassem na 1 série do EF. O que  improcedente, pois a LDB estabelece a idade de 6 anos e não de 5. Ressaltando-se que especialistas advertem que o ingresso antecipado  prejudicial para o desenvolvimento global da criança, pois interrompe sua segunda infância. (SILVA, 2013, p. 11).

E no que se refere o item “completar 6 anos no decorrer do ano letivo” os impetrantes consideraram os pedidos que questionam a Deliberação n 02/07 CEE-PR ou

com Lei Estadual 16.049/2009 que prevê o corte para 31 de dezembro. Essas questões serão revistas na parte a seguir sobre os argumentos da contesta o e também sobre o conteúdo julgado nessas a oes.



Infográfico 6 - Argumentos da contesta o

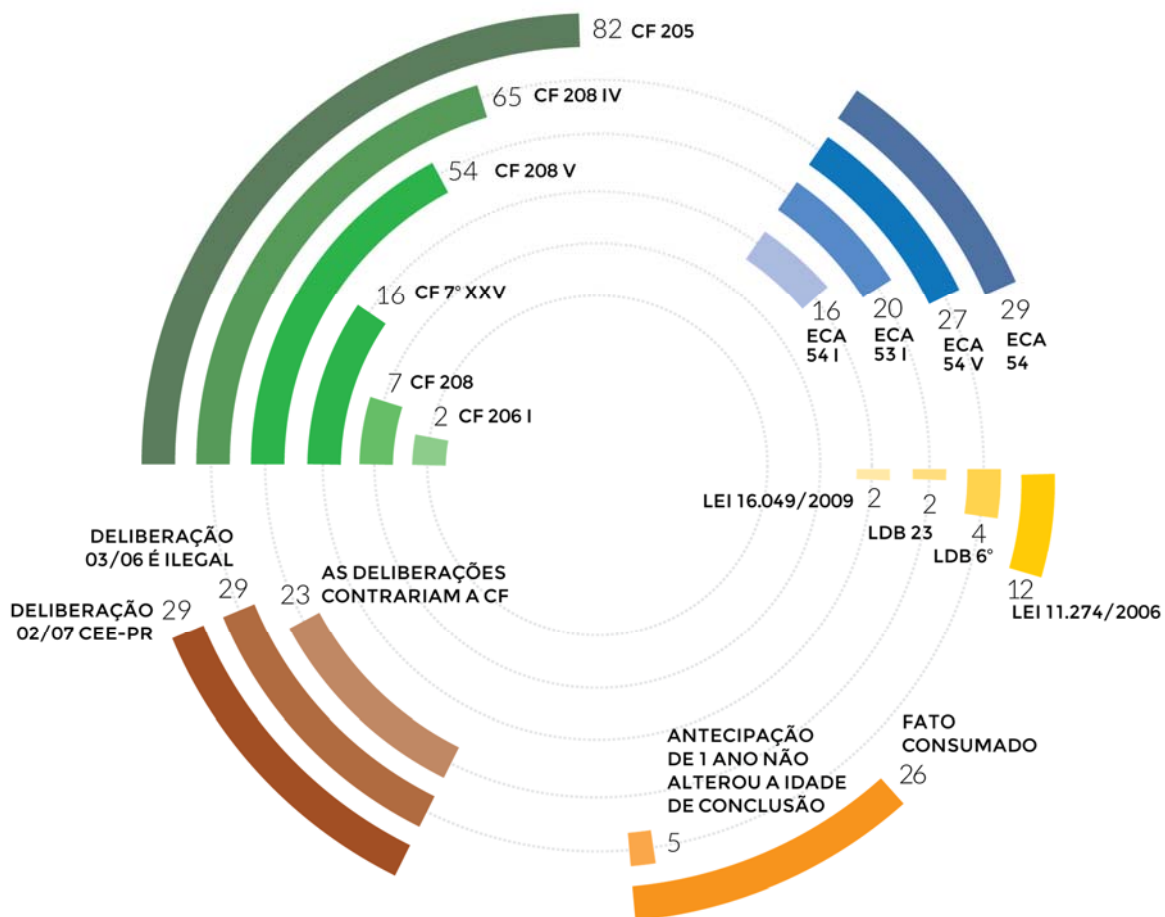
A maioria das contesta oes utilizou o quesito idade para refutar os argumentos dos ingressantes através das Delibera oes n  09/01, 03/06, 05/06, 02/07, 03/07 e 02/08 do CEE-PR, estabelecendo que a regulamentac o da idade mínima não   aleatória e nem desprovida de fundamentos jurídicos e pedagógicos. Conforme disciplina a Lei 11.114/05 e o art. 32 da LDB: "O ensino fundamental obrigat rio, com dura o de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade [...]." Ademais, infere a constitucionalidade das Delibera oes de acordo com o art. 208, IV da Carta Magna.

Em sua fundamenta o, o CEE-PR ressaltava que os conteúdos pedagógicos deveriam ser reformulados a partir da amplia o do EF de nove anos. Desta forma, não haveria prejuízo   criança com a permanência nas etapas da EI por repeti o de conteúdos programáticos, pois o primeiro ano do ensino de nove anos não se confunde com o de oito anos. Portanto, as delibera oes procuram proteger o direito das crianças   EI.

O Conselho também aludiu ao fato da decisão proferida pelo juiz ofender a autonomia municipal e estadual, esclarecendo que a prerrogativa de disciplinar e

normatizar os sistemas de ensino do estado   do CEE-PR. Sendo assim, o Judiciário não deve substituir o Executivo na determina o das políticas públicas.

Por fim, no que se refere   suspensão de liminar (medida a qual necessita de ofensa grave e iminente a direito líquido e certo) concedida na A o Civil Pública n.  07/2008, Silva (2013, p. 11) comenta que “o fato de não ter sido admitida a matrícula (...) não vulnera o direito líquido e certo para o acesso e permanência na escola. Assim, não se mostra recomendável a concessão da medida liminar, ante a falta de demonstra o de risco de viola o de direito líquido e certo.” Isto porque a criança tem sua vaga garantida na EI.



Infográfico 7 - Coisa julgada

a) Fato consumado

Muitos foram os casos em que os desembargadores analisaram o mérito do questionamento como uma questão secundária pelo fato da criança já ter finalizado a 1 série do EF, ou às vezes até mesmo a 2 série na data do julgamento. Sendo assim, “as situações jurídicas consolidadas pelo decurso do tempo, amparadas por decisão judicial, não devem ser desconstituídas, em razão do princípio da segurança jurídica e da estabilidade das relações sociais”. (STJ REsp 709.934/RJ). Dessa forma, parece não ser razoável fazer com que uma criança que já esteja na 2 série tenha que voltar a cursar a 1 pela morosidade do processo judicial.

b) Art. 7 XXV e art. 208 IV da Constituição Federal

Art. 7 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem  melhoria de sua condição social:

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

A nova redação dada ambos os artigos pela Emenda Constitucional não 53 de 2006, altera a idade inscrita no texto de 6 para 5 anos. Porém aqui  uma questão de hermenêutica: a referida Emenda tem o intuito de manter o sistema jurídico coerente entre si, pois a partir das novas Leis 11.114/05 e 11.274/06 que alteraram a redação da LDB em seus arts. 6, 32, 87  3o I, houve necessidade de alterar os dispositivos constitucionais desatualizados sobre o tema. Sendo assim, se a entrada da criança no EF se d a partir dos 6 anos de idade, a pré-escola deverá ir até os 5 anos.

Todavia, surge a questão: “até 5 anos” significa dizer 4 anos e 364 dias, ou seja, até completar 5 anos, ou até o último dia em que se tenha 5 anos, sendo assim, 5 anos e 364 dias? O TJ-PR se demonstrou uníssono ao defender a primeira hipótese, muito embora essa não fosse a concepção do legislador. Este, ao aprovar as referidas leis, que em seu próprio subtítulo trazem sua razão: “com o objetivo de tornar obrigatório o início do EF aos 6 anos de idade”, pretenderam o ingresso como proposto no art. 6 da LDB “

dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos 6 anos de idade, no ensino fundamental." Sendo assim,   possível inferir que "a partir dos 6 anos" não pode ser considerado como 5 anos e 364 dias, muito menos como 5 anos e um dia. Portanto, a permanência na EI se d  até os 6 anos incompletos. Para reforçar tal raciocínio segue o seguinte texto:

Quando o legislador adota o critério etário de desenvolvimento biológico, psíquico, neurológico, cultural, do sujeito no tempo, o faz exigindo o transcurso completo dos anos, meses, dias, horas que correspondam ao momento estabelecido para a aquisi o de determinados direitos e assun o de certas obriga es. Ao fixar, por exemplo, a idade mínima de trinta e cinco anos como condi o de elegibilidade para Presidente da República (artigo 14,  3 , VI, a, da CF), ninguém dirá que um dia ou onze meses após completar trinta e quatro anos o interessado já tenha alcançado tal limite etário, ainda que da perspectiva de supostos méritos subjetivos estivesse apto a exercer tal mister. Ao disciplinar, portanto, que até os cinco anos de idade as crianças devem ser atendidas em educa o infantil, estipula a Constitui o, da mesma maneira, que apenas ao deixar tal idade – ao completar 6 anos –, poderão ingressar no ensino fundamental. Parece-nos muito claro que uma criança com cinco anos e dez dias, cinco anos e três meses ou cinco anos e onze meses, ainda não tem 6 anos de idade (SILVA, 2013, p. 8-9).

Outro argumento utilizado pelos magistrados com esses dispositivos foi o de que "a Constitui o Federal não veda crianças de idade inferior a 6 anos a ingressarem na 1  série do ensino fundamental". O que de fato está correto, pois não cabe a CF faz-lo, cabendo sim a regulamenta o inferior, que   o caso da LDB e demais delibera es dos Conselhos de Educa o que enfatizam o ingresso no EF a partir dos 6 anos de idade.

Para reforçar tal linha de raciocínio, destaca-se aqui a Lei n  11.494/2007, que regulamentou o Fundo de Manuten o e Desenvolvimento da Educa o Básica e de Valoriza o dos Profissionais da Educa o (Fundeb): "art. 10.   4  O direito   educa o infantil será assegurado às crianças até o término do ano letivo em que completarem 6 (seis) anos de idade."

c) Art. 206 da Constitui o Federal e Art. 53 I do Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 206. *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

I - igualdade de condi es para o acesso e permanência na escola;

Art. 53. *A criança e o adolescente têm direito   educa o, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualifica o para o trabalho, assegurando-se-lhes:*

I - igualdade de condi es para o acesso e permanência na escola;

Foi justamente o princípio da igualdade de condi es para o acesso   escola que motivou a antecipaq o da idade de ingresso no EF, pois o legislador, como também já ressaltado acima, previu essa medida para ampliar o direito   educa o das crianças mais pobres que estavam excluídas da escola, pela não obrigatoriedade ou pela não existência de vagas na EI. Sendo assim, o fato de uma criança ter a matrícula indeferida por critério etário não ofende o direito   igualdade de condi es para acesso e permanência na escola. Em primeiro lugar, porque o seu acesso e permanência estão garantidos na EI e em segundo lugar, porque essa igualdade prevista na norma constitucional não iguala os desiguais.

d) Art. 208 V da Constitui o Federal, art. 54 V do ECA e art. 23 da LDB

Art. 208 - *O dever do Estado com a educa o será efetivado mediante a garantia de:*

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da cria o artística, segundo a capacidade de cada um;

Art. 54 - *  dever do Estado assegurar   criança e ao adolescente:*

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da cria o artística, segundo a capacidade de cada um;

Art. 23 - *A educa o básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organiza o, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (grifos nossos).*

Os magistrados argumentam com base nos artigos dispostos acima que a idade seria apenas um dos critérios de sele o, devendo ser consideradas a aptidão e a capacidade do aluno. O maior problema ocorre quando outros desembargadores

desconsideraram totalmente o critério da idade e apenas levando em conta o critério de capacidade intelectual e psicológico.

Sem contar que o senso comum alastrou a ideia de que a mera alfabetizao  por si própria razão suficiente para conceder o ingresso no EF. Todavia, contemporaneamente as crianças têm recebido crescente quantidade de estímulos, o que ocasiona a alfabetizao mais cedo dos que estão expostos às situações favoráveis. Logo, este não pode ser um argumento determinante para sua matrícula nesta etapa do ensino.

Há que se ressaltar também que o art. 24 II da LDB proíbe qualquer tipo de avaliação, classificação subjetiva, critérios de promoção ou transferência dos ingressantes no primeiro ano do EF. E o art. 31 da mesma lei segue nessa direção, orientando que a avaliação na EI não terá como objetivo a promoção do aluno para o EF. Ainda, Silva (2013, p. 17) acrescenta:

Com o devido respeito, ao contrário do que alegam alguns intérpretes da Lei, o artigo 208, V, da Constituição da República, ao garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, não se aplica  educação básica e, especialmente, ao primeiro ano do ensino fundamental. O direito de acesso e permanência no ensino básico  público subjetivo e, ademais,  obrigatório, ou seja, independe de aferição de maior ou menor capacidade do sujeito. O artigo sobredito faz evidente referência às fases posteriores ao ensino básico e, mesmo assim,  merecedor de críticas.

Ou seja, a determinação constitucional “*acesso aos níveis mais elevados do ensino*” não se refere  educação básica, pois o próprio art. 208 da CF assegura a todos os acesso a EI, EF e EM ao definir os deveres do Estado e não trata declaradamente do acesso ao ensino superior a todos, sendo este inciso abarcado no contexto de existência de exames seletivos para a graduação e ps-graduação, devendo esses níveis serem compreendidos como mais “*elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística*” para o acesso de acordo com a “capacidade de cada um” e não a educação básica que tem como princípio a garantia a todos.

Por fim, para esses casos, acredita-se não ser adequado falar em capacidade quando se trata de educação básica e obrigatória. Pois, invariavelmente a criança em

questão terá que cursa-la e a exigência de comprovação de capacidade intelectual, mediante avaliação psicopedagógica, pode excluir ainda mais aqueles que não tiveram acesso  EI e de qualidade.

e) LEI N. 11.274/06

Art. 32. *O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:*

Com fulcro nessa lei, alguns desembargadores argumentaram que ela não faz alusão de que o acesso ao primeiro ano estaria limitado às crianças que completassem 6 anos de idade até o dia 1 de março. E realmente este raciocínio  verídico, pois não cabe a LDB fazer essa restrição. Caso análogo já foi explicado no item B: essa competência se d a regulamento inferior, como  o caso das resoluções dos Conselhos de Educação.

Outros magistrados aludiram ao fato de que o intuito da lei era propiciar o ingresso das crianças mais cedo no ensino obrigatório, sem, contudo, alterar a idade de conclusão do EF com relação ao antigo ensino de oito anos, que continuava sendo de 14 anos. Em acordo com esse raciocínio se o último ano de EF deve ocorrer aos 14 anos de idade segue, logicamente, a seguinte relação entre idade e ano de escolarização:

14 anos = 9 ano do EF
13 anos = 8 ano do EF
12 anos = 7 ano do EF
11 anos = 6 ano do EF
10 anos = 5 ano do EF
09 anos = 4 ano do EF
08 anos = 3 ano do EF
07 anos = 2 ano do EF
06 anos = 1 ano do EF

O que o desembargador em questão ignorou foi que o ingresso com 6 anos de idade no EF j era facultado e orientado por diversos documentos como o PNE. Sendo que a Lei 11.274/06 veio apenas oficializar e tornar essa idade como regra.

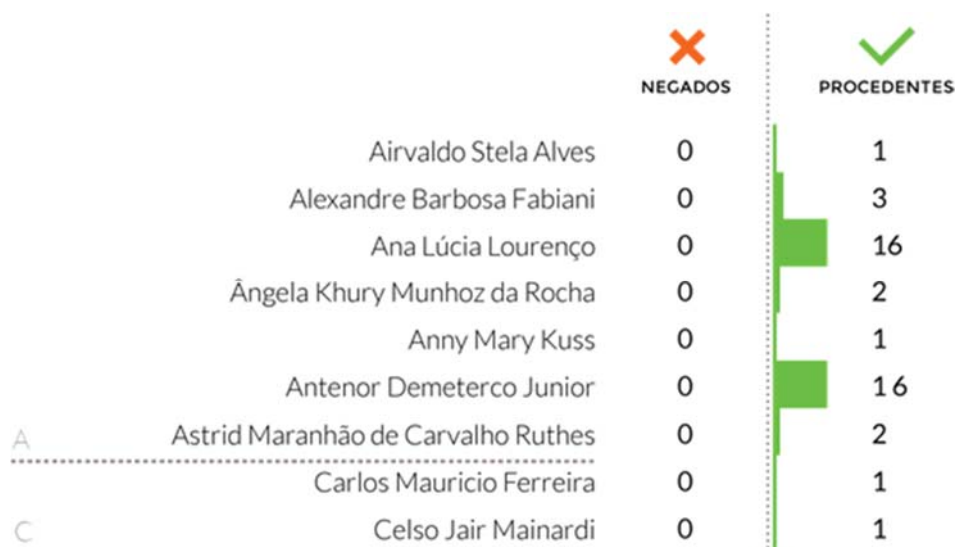
f) Delibera o n  03/06 CEE-PR

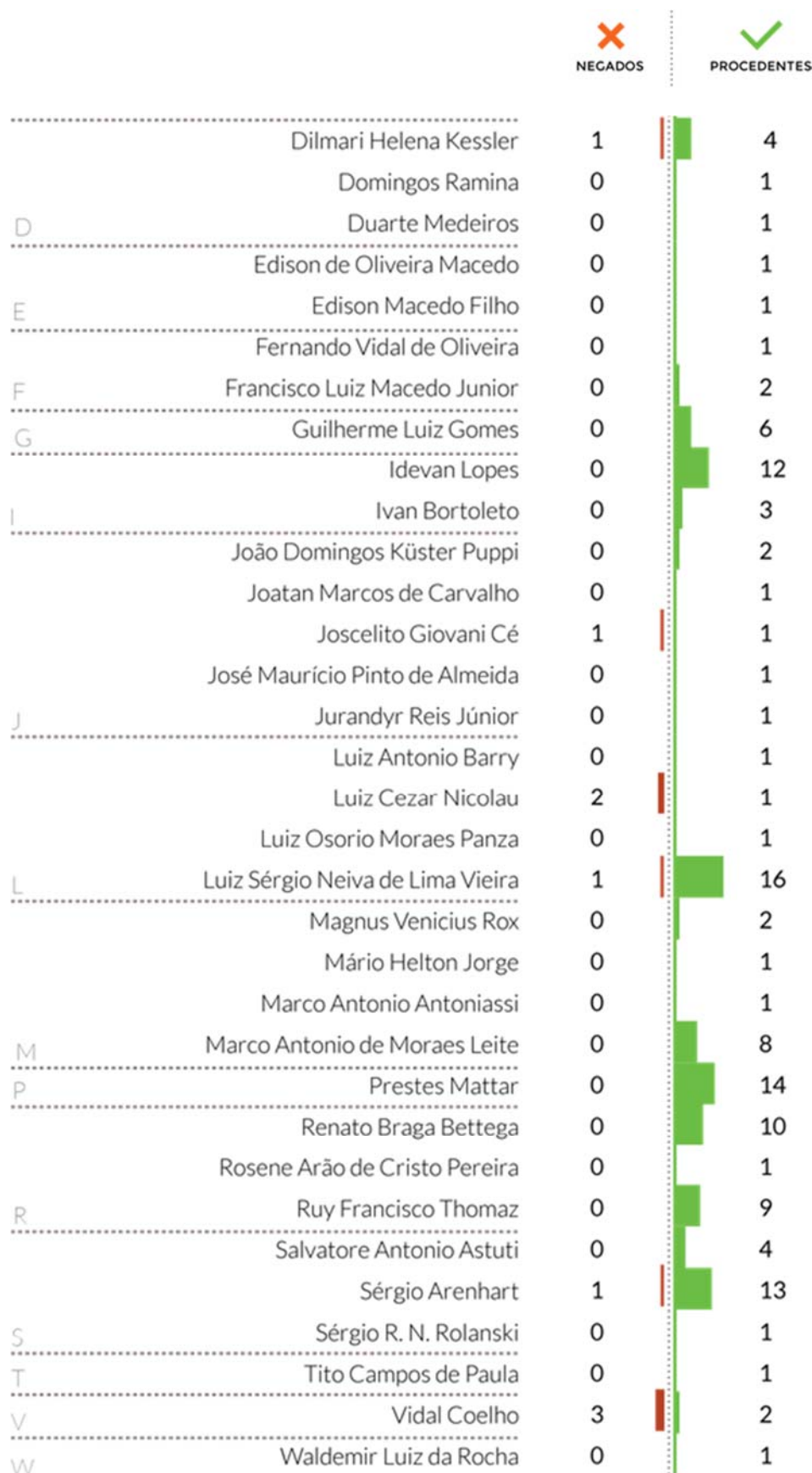
Art. 12 Para matrícula de ingresso no 1  ano do Ensino Fundamental de 9 anos de dura o, o educando deverá ter 6 (seis) anos completos ou a completar no início do ano letivo.

Sobre essa delibera o, alguns relatores inferiram sua ilegalidade pelo fato da LDB não estabelecer a idade mínima para o acesso ao EF (o que não condiz com o art. 32 do referido documento). E que seu art. 12 afronta a norma inserta nos arts. 205 e 208 V da CF. Para contrapor tais argumentos, invoca-se novamente Silva (2013, p. 6 e 7):

Não há, a priori, qualquer ilegalidade em se estabelecer a idade como fonte de obriga es ou aquisi o de direitos. Há critério etário para conquista do direito a votar e ser votado, para casar, para assumir determinadas obriga es contratuais, para exercer determinados cargos públicos, etc., sem que se questione a razoabilidade de tais disposi es, espalhadas em nosso ordenamento jurídico. A Constitui o assegura direitos previdenciários, adotando também critérios etários (artigo 201,  7 , II); estabelece que   vedado o trabalho aos menores de 16 anos e fixa idade mínima de 14 anos para programas de aprendizagem profissional. [...] a Constitui o e a legisla o infraconstitucional valeram-se da idade como critério fundamental e, em muitas hipóteses, único para a estipula o de direito e deveres.

Sendo assim, chega-se   conclusão de que a resolu o mencionada não infringe, nem tampouco inova a CF e que, ademais, está em consonância com a legisla o infraconstitucional sobre o tema.





Infográfico 8 - Relatores

De acordo com os julgados, os pedidos só foram negados quando as crianças tinham menos de 5 anos, ou não iriam completar 6 anos de idade no ano letivo em que ajuizaram a lide em sendo assim, seus pedidos iam contra a Deliberação não 02/07 CEE-PR. Não houve nenhum julgado que considerasse as razoes juridicas e pedagogicas do cabimento do corte de 6 anos completos e portanto do direito  infancia. Demonstrando dessa forma, grande unicidade na jurisprudencia paranaense. Destaca-se a decisao do Des. Vidal Coelho que suspendeu o pedido liminar da Ação Civil Publica não 07/08 MP-PR por compreender que existe grande diferença no conteudo programatico entre a 1a serie do EF de 9 anos e o antigo pre III.

Questao a ser levantada aqui  uma possivel contradiao logica-argumentativa por parte dos desembargadores que negaram e proveram pedidos. Pois, quando a criança não completava 6 anos no decorrer do ano letivo, os magistrados alegaram que o estabelecimento legal de limites de idade não se constituia ato aleatorio e sem significaao pedagogica alguma, revelando, antes disso, a preocupaao com o aprendizado útil e adequado para o aluno. No entanto, quando a criança completava 6 anos no ano letivo sem entrar pelo limite legal, argumentavam que o corte era aleatorio, ilegal e que feria a Constituição. Ou seja, em alguns casos a norma lhes parecia aleatoria e em outros não, invocando os mesmos dispositivos, art. 208 IV da CF e a Deliberação não 02/07 CEE-PR, para ambos os casos.

Consideraoes finais

Alerta-se para o fato de que, segundo estatisticas da UNESCO, se o Brasil começar a adotar 5 anos como idade de ingresso no EF, o país estará indo em direao oposta a outros países mais ricos e desenvolvidos (SILVA, 2013, p. 28).

Ja Arelaro et al. (2011, p. 38) comentam sobre a falta de uma discussao a respeito dos rumos da pre-escola em sua nova organizaao, como tambem, a falta de orientaao dos professores e das escolas, que podem estar confundindo o último estagio da EI com o 1o ano do EF (em alguns casos, apenas trocando a placa do pre III por outra escrito 1o ano). Ainda, ressalta-se a possibilidade de orientaoes insuficientes vindas dos conselhos.

Silva (2013) atenta para o fato de que o interprete da Lei não deve se restringir a um exame jurídico-positivista, ainda mais quando se está trabalhando com direitos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Inclusive, por este motivo o ECA dispõe em seu art. 150 sobre a obrigatoriedade de uma equipe interprofissional para auxiliar tecnicamente as varas da juventude e infância.

Assim, para questionar regras de organiza o do sistema educacional, deve o profissional do direito buscar subsídios de outras áreas da ciência para que não corra o risco de transpor para o campo do direito, da consecui o de políticas públicas, meras opiniões, pontos de vistas e palpites pessoais (SILVA, 2013, p.12).

Ainda, o mesmo autor (2012, p. 22), sugere a consulta da sociedade civil e aos especialistas como médicos e educadores para examinar com rigor questões sobre o corte etário. Concluindo ser fundamental que exista um maior diálogo entre os sistemas jurídico e o educativo para benefício da infância e das crianças.

E sobre este fato, Cury e Ferreira (2009, p. 43-44) acrescentam tr s questões:

a) o desconhecimento dos integrantes do sistema jurídico sobre o sistema de ensino e despreparo dos seus membros para lidar com os problemas da educa o; b) o exagero na forma de agir, levando a uma indevida invasão do sistema legal no educacional e, por fim, c) a burocratiza o das a o es, levando a efeitos tardios e inócuos.

Pode-se dizer que atualmente esta questão ainda não está finalizada com a Emenda Constitucional n  59 de 2009 que alarga a obrigatoriedade da educa o básica para 4 a 17 anos de idade. Caso similar está gerando nova demanda judicial: o corte etário de 4 anos para o ingresso na pré-escola. Ao mesmo tempo, ainda   possível observar a presença desta temática considerando-se a recente decisão do Tribunal Regional Federal da 4  Região, com validade para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, suspendo as determina o es do CNE e de Conselhos Estaduais destes estados que impedem, a partir do ano letivo de 2015 o ingresso de crianças com 6 anos incompletos no EF. Também destaca-se a discussão desta temática no Supremo Tribunal Federal (STF), com a A o de Argui o de Descumprimento de Preceito Fundamental, ingressada pela

Procuradoria-Geral da República em 17 de setembro de 2013, em fase ainda de tramita o no STF.

Sendo assim, espera-se que a argumenta o apresentada neste trabalho possa auxiliar como fundamento a esse novo litígio, já que a maioria dos argumentos sobre o corte etário se colocam a favor do ingresso precoce, o que não se funda em benefícios para a infância, nem das crianças pequenas. Mas, opostamente, desrespeitam institutos constitucionais infringindo os direitos fundamentais dos infantes.

Referências

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M.A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito   educa o. **Educa o e Pesquisa**, v. 37, p. 35-51, 2011.

BARROSO, L. R. Judicializa o, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, N. 13. 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial N  709.934**. Relator: Martins, Humberto. Publicado no DJ de 29/06/2007.

_____. **Constitui o da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal:1988.

_____. **Lei n  11.114**, de 16 de maio de 2005.

_____. **Lei n  11.274**, de 6 de fevereiro de 2006.

_____. **Lei n  9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n  8.069**, de 13 de julho de 1990.

_____. INEP. **Censo Escolar da Educa o Básica: 2012** – Resumo Técnico. Brasília: 2013.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. A judicializa o da educa o. Brasília: **Revista CEJ**. Brasília, vol. 1, Ano XIII, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

GOTTLIEB, G. **Judicializa o dos direitos sociais**: As a es coletivas que demandam políticas públicas no foro central de Porto Alegre. Disserta o de Mestrado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

FLACH, S. F. Influências das decisões judiciais na oferta da educa o paranaense. **Anais do IX Anped Sul**. 2012.

PARANÁ. **Lei estadual n  16.049**, de 19 de fevereiro de 2009.

_____. CEE. **Delibera o n  03**, de 9 de junho de 2006.

_____. CEE. **Delibera o n  02**, de 13 de abril de 2007.

_____. Tribunal de Justiça: Consulta realizada em: <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>

SILVA, J. P. F. Corte etário – em defesa da infância e da educa o infantil. In: **Dossiê FMEI: 5 anos   na educa o infantil** / Baptista e Lima (Org.) - Belo Horizonte, UFMG: 2013.

SILVEIRA, A. D. Atua o do Tribunal de Justiça de São Paulo com rela o ao direito de crianças e adolescentes   educa o. **Revista Brasileira de Educa o**, v. 17, p. 353-497, 2012.

_____. Judicializa o da educa o para a efetiva o do direito   educa o básica. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 5, p. 30-40, 2011.

_____; COUTINHO, A. S. **Corte etário para ingresso no ensino fundamental no estado do Paraná**: Implica es para o atendimento educacional da infância. No prelo: 2013.